

Servidores voltam às ruas nessa quinta, 2, contra congelamento de salários

Servidores públicos em todo o Brasil promovem nessa quinta-feira, 2, um dia nacional de lutas contra o congelamento de salários e direitos de quase 12 milhões de trabalhadores do setor até dezembro de 2021. Entidades representativas de categorias das esferas federal, estadual e municipal se unem na pressão a parlamentares pela derrubada de veto presidencial que retira quatro dispositivos da Lei Complementar 173/20, de auxílio a Estados e Municípios. Respeitando o distanciamento, os atos simbólicos também protestam contra aumentos concedidos pelo governo Bolsonaro a militares tanto da ativa quanto da reserva.

O Ministério Público entrou com uma representação junto ao TCU (Tribunal de Contas da União) para suspender esses aumentos em soldos e gratificações de integrantes das Forças Armadas durante a pandemia do novo coronavírus. Os aumentos podem chegar a R\$1,6 mil e em 5 anos devem custar R\$26 bilhões. Durante a reforma da Previdência, militares obtiveram também reajustes de até 75% na reestruturação de planos de carreira, além de garantir manutenção de direitos em suas aposentadorias.

Contradições

Enquanto impõe arrocho a servidores civis e também a trabalhadores da iniciativa privada, o governo, além de liberar reajustes a militares, segue uma política de privilegiar setores ligados ao sistema financeiro, banqueiros, grandes empresários e desvia bilhões para o pagamento de juros da dívida pública. "A maioria absoluta da população está sendo sacrificada em nome de garantir lucro para uma parcela mínima. Essa política que coloca o lucro acima da vida precisa ser barrada", aponta o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva.

O próprio governo utiliza a situação de crise que o País atravessa para justificar cortes bilionários em setores essenciais e estratégicos para a



sociedade. Só a Emenda Constitucional (EC) 95/16, que congela investimentos públicos por pelo menos 20 anos, já retirou nos últimos anos mais de R\$20 bilhões do orçamento da Saúde que seriam fundamentais para o combate à essa pandemia. Na contramão do necessário fortalecimento do SUS, o governo Bolsonaro segue sem projetos eficientes para enfrentar o desafio imposto pela Covid-19 que já matou quase 60 mil brasileiros até agora e não dá sinais de trégua.

É justo?

Em carta aos parlamentares assinada pela Condsef/Fenadsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviços Públicos Federal), Fenasepe (Federação Nacional dos Servidores Públicos Estaduais e do Distrito Federal), Confetam (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal) e CNTSS (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social), as entidades questionam a imposição de arrocho a maioria da população, sejam servidores públicos ou trabalhadores da iniciativa privada. As entidades fazem menção aos trabalhadores do setor público que atuam na linha de frente da batalha contra a Covid-19 e que serão os principais prejudicados com a aprovação do veto de Jair Bolsonaro.

Nessa quarta, 1o, entregadores por aplicativo realizaram um dia de paralisação por melhores condições de trabalho e renda. A Condsef/Fenadsef apoia o movimento da cate-

goria que cobra aumento da taxa mínima por entrega, do valor pago por quilometragem e mais transparência sobre os repasses feitos diante as gorjetas pagas por clientes via aplicativo. A categoria também está fortemente exposta a contaminação por Covid-19 e faz parte dos que atuam na linha de frente nessa pandemia.

"É justo reduzir o salário de quem está na linha de frente da batalha contra o novo coronavírus?". A culpa da crise, apontam as entidades representativas dos servidores, "é a proteção que o governo dá aos bilionários enquanto a população sofre; é não taxar as grandes fortunas e as heranças; é não liberar as reservas econômicas do país; é não revogar o Teto de Gastos para que a população possa ter mais acesso a serviços de direito; é seguir pagando juros da dívida pública que acabam em bancos privados de nomes estampados na revista Forbes; é entregar empresas estatais lucrativas para as figuras bilionárias do Brasil".

Dia Nacional de Lutas

Em Brasília, a atividade pela derruba de vetos na Lei de auxílio a Estados e Municípios e contra o congelamento salarial e de direitos acontece no Espaço do Servidor, na Esplanada dos Ministérios, a partir das 12h30. Pelas nossas redes sociais e em nosso site você acompanha os detalhes das atividades que contarão com participação das entidades filiadas à Condsef/Fenadsef nos demais estados.

Condsef/Fenadsef



Mercado tem piora generalizada e governo não se prepara para explosão de desemprego

Apesar de ser esperada uma piora no mercado de trabalho brasileiro neste período de pandemia do novo coronavírus, o volume de desestruturação nos últimos meses foi muito mais acelerado do que os especialistas na área imaginavam. Para piorar, além de insuficientes, as medidas tomadas pelo governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) para manter os empregos não protegeram todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Análise feita pelo Dieese com base nos dados do trimestre de março a maio de 2020 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD Contínua), que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou nesta terça-feira (30), ressalta a piora generalizada do mercado de trabalho brasileiro em todos os indicadores analisados.

Aumentou o desemprego, o desalento e a subutilização; e caiu o número de trabalhadores e trabalhadores ocupados e a força de trabalho. A taxa de desemprego, que ficou em 12,9%, atingindo 12,7 milhões de pessoas, só não foi maior porque caiu a força de trabalho, ou seja, o total de pessoas que estavam trabalhando ou à procura de um emprego.

Assim que o cenário mudar e acabarem as medidas de isolamento social, as pessoas correrão atrás de emprego e o país vai registrar uma explosão na taxa de desempregado, afirma a técnica da subseção do Dieese da CUT Nacional. Adriana Marcolino.

“As autoridades da área econômica deveriam estar olhando para esses números, se preparando com propostas para acolher essas pessoas no mercado de trabalho e em políticas de proteção social quando a pandemia acabar”.

De acordo com a técnica do Dieese, entre as razões para este cenário trágico no mercado de trabalho do país, além da restrição das atividades econômicas em função das medidas necessárias de isolamento social para conter a disseminação do vírus, está a inoperância e incompetência do governo Bolsonaro.

De acordo com a técnica do Dieese, a CUT e demais centrais sindicais insistiram muito para que a ajuda financeira que o governo deu para as empresas sobreviverem a este momento de crise econômica e sanitária fossem acompanhadas de contrapartidas que garantissem os empregos. O governo não atendeu as reivindicações.

“O que a gente está vendo são políticas de transferência de recursos para ajudar as empresas a manter os empregos, mas como as garantias exigidas foram insuficientes, elas continuam dispensando os trabalhadores”, diz Adriana.

Isso está bem claro na taxa de desemprego que cresceu, mas não cresceu muito porque a maior parte das pessoas que ficou desempregada migrou para a inatividade, foi para fora da força de trabalho, explica a técnica do Dieese.

“Então, a gente tem uma redução de 8,8 milhões de pessoas entre os ocupados e não tem isso como elemento no número de desempregados porque nesse momento as pessoas não têm sequer condição de procurar emprego”.

Confira a análise do Dieese:

□ Força de trabalho

▪Queda na força de trabalho de 106,1 milhões pessoas no trimestre de dezembro a fevereiro para 98,7 milhões de pessoas no trimestre de março a maio - ou seja, menos 7,4 milhões de pessoas estavam no mercado, trabalhando ou à procura de um emprego.

□ Desemprego

▪O número de pessoas desocupadas cresceu de 12,3 milhões (dez/jan/fev) para 12,7 milhões (mar/abr/mai), mais 367 mil trabalhadores e trabalhadoras.

▪A taxa de desocupação cresceu de 11,6% para 12,9%, comparando o mesmo período.

□ Empregados

▪A população ocupada teve redução de 93,7 milhões para 86,9 milhões - são menos 8,8 milhões de pessoas ocupadas.

▪Entre os ocupados, 41,6% estão na condição de informais (sem carteira assinada no setor público, privado e trabalho doméstico, conta própria e trabalhador familiar auxiliar). Se incluirmos os trabalhadores por conta própria com CNPJ, que possuem cobertura previdenciária mas não possuem direitos trabalhistas e sindicais, a informalidade chega a 48,3%.

□ Fora da força de trabalho

▪Em um cenário de forte desestruturação do mercado de trabalho, diante da crise econômica, social, sanitária e política, o número de pessoas fora da força de trabalho cresceu de 65,9 milhões para 75,0 milhões.

▪Cresceu o número de pessoas na força de trabalho potencial (conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho) de 8,0 milhões para 11,9 milhões.

▪Dentro da força potencial, os desalentados saíram de 4,7 milhões para 5,4 milhões. Essas pessoas não haviam realizado busca efetiva por trabalho por considerar que: não conseguiriam trabalho adequado; não tinham experiência profissional ou qualificação; não conseguiam trabalho por serem considerados muito jovens ou muito idosos ou não havia trabalho na localidade mas gostariam de ter um trabalho.

□ Trabalhadores subutilizados

▪O número de trabalhadores subutilizados (desempregados, subocupados por insuficiência de horas, força de trabalho potencial) somavam 26,8 milhões no trimestre terminado em fevereiro e chegaram a 30,4 milhões no trimestre terminado em maio. A taxa de subutilização ficou em 27,5% em maio, contra 23,5% do trimestre anterior.

▪Isso decorre de um cenário de ampliação da desestruturação do mercado de trabalho (crescimento do desemprego, forte informalidade, aumento do número de pessoas “empurradas” para fora da força de trabalho).

Fonte: PNAD Contínua, IBGE.